

Cibele Coradin-Bail

Graduada em Letras Inglês pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutoranda no mesmo Programa, ambos com bolsa Capes. Realiza pesquisas no âmbito das políticas linguísticas para a internacionalização do ensino superior. <https://orcid.org/0000-0002-2961-4431>

Viviane Bagio Furtoso

Graduada em Letras Anglo-Portuguesas e Mestre em Letras pela UEL; Doutora em Estudos Linguísticos pela UNESP. Realizou estágio pós-doutoral na Georgetown University, EUA, com bolsa Capes/Fulbright. É professora associada do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e Assessora de Relações Internacionais (gestão 2022-2026) da Universidade Estadual de Londrina. Tem atuado como Consultora do Ministério das Relações Exteriores para a elaboração de material didático e proposição de diretrizes para o sistema de avaliação da rede de ensino de português do Itamaraty. <https://orcid.org/0000-0001-6535-2902>

Recebido em:

16/12/2024

Aceito em:

23/03/2025

AGOSTO/2025

ISSN 2317-9945 (On-line)

ISSN 0103-6858

p. 36-51

Da “língua internacional da ciência” à joia da internacionalização: o avanço de uma política de plurilinguismo no contexto do ensino superior brasileiro

From the “international language of science” to the internationalization jewel: The advancement of a plurilingualism policy in the context of Brazilian higher education

Cibele Coradin-Bail

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Viviane Bagio Furtoso

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

RESUMO

Este estudo explora a trajetória de recriação de uma política linguística com vistas ao fortalecimento do processo de internacionalização da educação superior no Brasil – o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), com especial atenção à área de português língua estrangeira (PLE). Para tanto, são analisados documentos do IsF, bem como de programas de fomento à internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O estudo está fundamentado na Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP). Os resultados apontam para o reconhecimento da importância de um programa que se ressignificou a partir de uma perspectiva monolíngue para multilíngue, incluindo o PLE como peça central para a internacionalização das universidades brasileiras e que tem buscado praticar uma política de plurilinguismo.

PALAVRAS-CHAVE

Idiomas sem Fronteiras. Português língua estrangeira. Política linguística. Plurilinguismo.

ABSTRACT

This study explores the recreation trajectory of a language policy aimed at strengthening the internationalization process of Brazilian higher education - the Language without Borders Program (LwB), with special attention to the area of Portuguese as a foreign language. For this purpose, documents concerning the LwB and programs aimed at fostering the internationalization of

Brazilian Higher Education Institutions (HEI) are analyzed. The study is based on the Policy Cycle Approach. The results highlight the recognition of the relevance of a program which has reframed itself from monolingual to a multilingual perspective, including Portuguese as a foreign language at the core of the internationalization of Brazilian universities, and which has been seeking to practice a policy of plurilingualism.

KEYWORDS

Language without Borders. Portuguese as a foreign language. Language Policy. Plurilingualism

Introdução

A internacionalização do ensino superior tem sido foco de crescente interesse no mundo todo, sendo compreendida, em termos gerais, como “o processo de se integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções e oferta da educação superior” (Knight, 2004, p. 11 – tradução nossa)¹. No Brasil, o interesse por esse processo se intensificou a partir do ano de 2011, com a criação de um dos maiores programas de mobilidade acadêmica realizados por iniciativa do governo federal, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)².

Tendo em vista que ações no âmbito das relações internacionais implicam, frequentemente, o uso de diferentes idiomas, o movimento em prol da internacionalização das instituições de ensino superior (IES) brasileiras impulsionou a proposição de iniciativas governamentais voltadas à capacitação do público universitário em línguas estrangeiras. Desse modo, ancoradas nas ações com vistas à internacionalização do ensino superior, diversas políticas linguísticas foram criadas, nos últimos anos, com o intuito de fomentar esse processo.

Embora argumente-se que “uma *política de internacionalização* pressupõe uma *política linguística*” (Bizon, 2013, p. 31), essa relação parece ter sido desconsiderada quando da instituição do programa de mobilidade acadêmica criado pelo governo federal. No âmbito do CsF, o movimento de propor um programa de apoio à educação linguística só foi feito quando se constatou a falta de proficiência em língua estrangeira do alunado brasileiro, dentre outras questões que o programa trouxe à tona (Abreu-e-Lima *et al.*, 2016), o que culminou na criação do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF-Inglês), posteriormente renomeado para Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). O CsF é, assim, considerado responsável por promover a sensibilização para o papel das línguas estrangeiras no processo de internacionalização (Guimarães; Finardi; Casotti, 2019).

1 No original: “the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education” (Knight, 2004, p. 11).

2 Mais informações em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras>

Nessa perspectiva, o IsF³ é resultado da ampliação de uma política linguística precursora, o IsF-Inglês, então voltada a capacitar estudantes universitários brasileiros para o incremento de proficiência em língua inglesa exigida para ingresso em universidades do exterior participantes do CsF. Por meio dessa expansão, o IsF passou a propiciar a formação e a capacitação em outros seis idiomas para além do inglês - alemão, espanhol, francês, italiano, japonês e português para estrangeiros, bem como a contemplar também professores e o corpo técnico-administrativo de IES públicas e privadas, professores de idiomas da rede pública de educação básica, além de propiciar formação e capacitação de estrangeiros em língua portuguesa (Brasil, 2014). O português língua estrangeira (PLE)⁴, braço do IsF que será tomado como foco deste artigo, foi o último idioma a ser incorporado ao Programa. Embora a oferta de cursos no âmbito do Idiomas sem Fronteiras – Português (IsF-Português) tenha tido início, de fato, apenas no ano de 2017 (Brasil, 2021), a área conquistou importante espaço no debate acerca da internacionalização do ensino superior brasileiro desde a sua entrada no Programa, conforme será discutido mais adiante.

As ações do IsF foram geridas pelo Ministério da Educação (MEC) de 2012 (quando da criação do IsF-Inglês) até meados de 2019, quando o MEC, sob nova gestão, manifestou não ter interesse na continuidade do Programa⁵. A partir do segundo semestre de 2019, o IsF passou a atuar sob a égide da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a qual instituiu a Rede Andifes de Idiomas sem Fronteiras (Rede Andifes IsF)⁶, passando a ter novo formato.

Ao longo dos últimos anos, as ações empreendidas no âmbito do IsF têm fomentado uma série de pesquisas na área da Linguística Aplicada. Estudos como os de Francisco (2020), Frazatto (2020) e Teixeira (2020) evidenciam que, seja em contexto macro ou micro, a área de PLE vem se mostrando fundamental para a internacionalização de IES brasileiras bem como para a integração de indivíduos de comunidades estrangeiras no Brasil, além de ressaltarem o importante papel assumido pelo IsF-Português para a área. Nesse sentido, tendo em vista que o IsF nasceu como uma política voltada ao incremento de proficiência em língua inglesa de estudantes universitários brasileiros, consideramos relevante analisarmos os modos como o Programa se reconfigurou ao longo dos anos, incorporando novos idiomas e, em especial, assumindo protagonismo na área de PLE.

Este estudo tem como objetivo explorar o avanço do IsF enquanto política de plurilinguismo para o fortalecimento da internacionalização do ensino

3 Neste artigo, utilizamos a sigla IsF para referir-nos tanto ao Programa IsF, criado e gerido pelo MEC, quanto à Rede Andifes IsF, que o sucedeu.

4 Oficialmente, a área de ensino de português no âmbito do IsF é conhecida como “português para estrangeiros”. No entanto, tendo em vista que diversas nomenclaturas são utilizadas para a área (Candian; Bessa, 2021), gerando uma preferência particular de cada pesquisador segundo o contexto por ele investigado ou às concepções de língua adotadas, optamos por usar o termo “Português Língua Estrangeira” (PLE), neste estudo, para nos alinharmos a outras instâncias, como a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) e o Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE).

5 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/idiomas-sem-fronteiras-sera-encerrado-pelo-mec/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

6 Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Resolucao-Conselho-Pleno-01_2019.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

superior brasileiro, dando especial atenção à valorização da área de PLE para esse processo. Para tanto, são analisados documentos oficiais do IsF, complementados por textos orais e escritos de atores vinculados ao Programa. O estudo é de natureza qualitativa e de base interpretativista e os dados são analisados por meio da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) (Bowe *et al.*, 1992; Mainardes, 2006; Ball, 2015).

O artigo está assim organizado: primeiramente, discorremos sobre a internacionalização do ensino superior e apresentamos alguns dos programas brasileiros associados a esse processo. Em seguida, abordamos o conceito de política linguística ao qual nos ancoramos e apresentamos a ACP. Passamos, então, à análise dos textos selecionados para o estudo. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Foco de interesse de grande parte das universidades no mundo todo, a internacionalização do ensino superior tem sido conceituada de modos distintos ao longo dos anos, visto que, a depender dos contextos social, político, econômico e cultural em que se está inserido, as motivações e os objetivos relacionados a esse processo tornam-se suscetíveis a diferentes interpretações. Embora frequentemente associada à mobilidade estudantil, aos acordos de cooperação internacional ou às atividades acadêmicas em língua inglesa, visões que priorizam aspectos como esses têm sido apontadas como concepções equivocadas acerca da internacionalização, visto que abrem espaço para que ela seja orientada por uma abordagem instrumental e voltada à competição (De Wit, 2011; Knight, 2014). Trata-se, portanto, de um movimento complexo e cuja definição está em constante revisão.

Desse modo, ao abordarmos a internacionalização a partir de uma perspectiva do Sul Global, tendo como foco o contexto das IES brasileiras, adotamos, neste estudo, o conceito proposto pelo Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES), em 2021, conforme citado por Gomes e Santos (2023), segundo o qual

[a] internacionalização na Educação Superior é um movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestem de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino. Este movimento envolve a solidariedade e a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional (Gomes; Santos, 2023, p. 23).

No Brasil, desde muito antes da ascensão do debate acerca dos imperativos da internacionalização, já se observava investimento em diferentes políticas que vislumbram o incremento de uma internacionalização mais inclusiva, considerando não só a inclusão da comunidade brasileira com ações mais amplas e abrangentes para além da mobilidade, como também a participação

da comunidade internacional, fomentando a “internacionalização em casa”⁷. Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, o Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que há décadas contribui para a formação acadêmica de cidadãos oriundos de outros países nas IES brasileiras.

O PEC é uma ferramenta de política externa e de apoio à internacionalização em casa das IES participantes por meio da qual estudantes oriundos de países com os quais o Brasil tenha acordos de cooperação educacional, cultural ou científico e tecnológico têm a oportunidade de estudar e se qualificar nas IES brasileiras. O programa oferta vagas gratuitas em cursos de língua portuguesa, graduação e pós-graduação *stricto sensu*, e é constituído por três modalidades: a) o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) e pelo MEC; b) o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), gerido pelo MRE, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e c) o Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), de responsabilidade do MRE e do MEC (Brasil, 2024).

O Brasil implementa ações por meio do PEC há mais de 50 anos e, segundo dados dos ministérios envolvidos, de 2000 a 2021, aproximadamente 15 mil alunos e pesquisadores oriundos de diversos países da América Latina, África e Ásia realizaram seus cursos de graduação e/ou desenvolveram suas pesquisas nos programas de pós-graduação no Brasil por meio do PEC. No âmbito do PEC-G, a maior parte dos alunos atendidos é proveniente do continente africano (61,2%), enquanto no PEC-PG, predominam alunos oriundos de países latino-americanos (68%) (Brasil, 2021).

Contudo, conforme apontado anteriormente, o debate acerca da internacionalização do ensino superior no Brasil ganhou maior notoriedade a partir da criação do CsF, em 2011, o qual, de modo distinto do PEC, voltava-se, prioritariamente, ao envio de estudantes de graduação brasileiros para mobilidade acadêmica em IES no exterior. Com o fim do CsF em 2017⁸, um novo programa voltado à internacionalização de IES brasileiras é lançado, desta vez, com foco direcionado à pesquisa e pós-graduação. O Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (CAPES-PrInt) volta-se à seleção e ao fomento de projetos institucionais de internacionalização de IES e Institutos de Pesquisa do Brasil, buscando estimular a formação de redes de pesquisa internacionais, fomentar a transformação das IES participantes em um ambiente internacional, promover a mobilidade acadêmica de docentes e discentes do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, entre outros (Brasil, 2017c).

Para a discussão proposta neste artigo, programas de mobilidade acadêmica, como o CsF, e de apoio a ações de internacionalização, como o Ca-

7 A “internacionalização em casa” tem como foco os desenvolvimentos linguístico e intercultural do corpo discente das IES, independentemente de os alunos estarem vinculados a um contexto de mobilidade. Segundo Beelen e Jones (2015), essa abordagem se refere à “integração intencional de dimensões internacionais e interculturais nos currículos formal e informal para todos os estudantes em ambientes domésticos” (tradução nossa). No original: “the purposeful integration of international and intercultural dimensions into the formal and informal curriculum for all students within domestic environments” (Beelen; Jones, 2015, p. 69).

8 Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/experiencia-encerrada/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

pes-PrInt, figuram como molas propulsoras para a instituição, continuidade e redefinição de políticas linguísticas voltadas à internacionalização do ensino superior. Embora, conforme apontado anteriormente, ações isoladas como as previstas em cada um desses programas não se caracterizem como sinônimos de internacionalização, quando integradas a políticas linguísticas, podem acentuar seu potencial em contribuir para esse processo.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS (ACP)

“Política linguística”, segundo Rajagopalan (2013, p. 21), é “a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou, ainda, instâncias transnacionais maiores”. Essa visão corrobora a de Spolsky (2004), que considera que as políticas linguísticas são constituídas por *práticas, crenças e ideologias* e *gestão* sobre as línguas, componentes que, embora independentes, estão interligados entre si. Entende-se, desse modo, que as políticas linguísticas constituem um fenômeno essencialmente social.

O campo de estudos sobre políticas está inextricavelmente relacionado aos processos de mudança (Rizvi; Lingard, 2010). Entretanto, também elas, as políticas, promovem e são submetidas a mudanças ao longo do tempo, tornando seu entendimento ainda mais complexo. A ACP, proposta pelo sociólogo inglês Stephen Ball, com a colaboração de outros pesquisadores (Bowe *et al.*, 1992; Ball, 2015), tem atraído a atenção de interessados em compreender a natureza dinâmica com que as políticas acontecem. Segundo Mainardes (2006),

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (Mainardes, 2006, p. 49).

Conforme proposta por Bowe *et al.* (1992), a ACP está baseada em um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: a) o contexto de influência; b) o contexto da produção de texto; e c) o contexto da prática. Esses contextos encontram-se interrelacionados no interior da política, sem uma dimensão temporal ou sequencial e sem etapas lineares. Em cada um desses contextos, diferentes arenas, espaços e grupos de interesse são encontrados, e cada um deles envolve disputas e embates.

Segundo Mainardes (2006), o *contexto de influência* abrange o espaço no qual as políticas são originalmente formuladas e os discursos políticos construídos. É nesse contexto que diferentes grupos sociais agem de modo a influenciar a definição das finalidades das políticas segundo seus interesses, em que conceitos adquirem legitimidade e se forma um discurso de base política. É também nesse contexto que são analisadas as influências globais e internacionais no processo de elaboração de uma política, as quais serão recontextualizadas e reinterpretadas na esfera local. Considera-se, assim, que o *contexto da produção de texto* encontra-se em uma relação simbiótica com o primeiro. Ao

passo que o contexto de influência abrange a disputa de interesses de grupos específicos, os textos que remetem à política são estruturados com base em uma linguagem que alude ao interesse público geral. Tendo em vista que resultam de disputas e acordos e que refletem as vozes de diferentes grupos que competem para controlar as representações da política, os textos políticos tendem a revelar visões contraditórias. Desse modo, é no *contexto da prática* que se dá a interpretação da política e as respostas aos textos políticos têm efeitos e consequências reais, de modo que as políticas são, nesse contexto, “recriadas” por meio de mudanças, por vezes, significativas na política original.

De acordo com a ACP, uma política não pode ser simplesmente *implementada*, visto que, no contexto da prática, os atores envolvidos exercem um papel ativo na interpretação e na reinterpretação da política original de acordo com suas histórias, experiências e valores. Os elaboradores das políticas não podem, portanto, controlar a interpretação que os profissionais no contexto da prática farão delas (Mainardes, 2006). Nessa direção, Ball (2015) estabelece uma distinção entre *política como texto* e *política como discurso*. Segundo o autor, essa distinção:

Chama a atenção para a ideia de que as políticas são ‘contestadas’, mediadas e representadas de modos distintos por diferentes atores em diferentes contextos (política como texto), mas, por outro lado, são produzidas e formuladas ao mesmo tempo por conhecimentos e suposições implícitas e dadas como certas sobre o mundo e sobre nós mesmos (política como discurso) (Ball, 2015 – tradução nossa).⁹

Para Mainardes (2006), isso demonstra que, ao passo que a política como discurso salienta os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto ressalta o controle que está nas mãos dos leitores.

Por meio da análise de textos que inserem uma política de aquisição de línguas no âmbito do processo de internacionalização das IES brasileiras, exploramos, na próxima seção, a trajetória de ressignificação do IsF com base na ACP. Para tanto, são analisados os documentos que instituem as diferentes fases dessa política, desde a criação do IsF-Inglês (Brasil, 2012), passando pelas ampliações do Programa (Brasil, 2014; 2016), até sua constituição como Rede Andifes IsF¹⁰. São também analisados os editais de (re)credenciamento de IES para atuação como Núcleos de Línguas do IsF (Brasil, 2017a; 2017b), além do documento que institui o Programa CsF (Brasil, 2011).

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PAPEL DO PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE IES BRASILEIRAS

O CsF, criado pelo governo federal em 2011, voltava-se, em linhas gerais, a “promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio

⁹ No original: “draws attention to the idea that policies are ‘contested’, mediated and differentially represented by different actors in different contexts (policy as text), but on the other hand, at the same time produced and formed by taken-for-granted and implicit knowledges and assumptions about the world and ourselves (policy as discourse)” (Ball, 2015, p. 6).

¹⁰ Resolução do Conselho Pleno da Andifes no. 01/2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Resolucao-Conselho-Pleno-01_2019.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

bio e da mobilidade internacional”¹¹. Com a concessão de quase 104 mil bolsas de estudo entre 2011 e 2016, o CsF contemplou, em sua maioria, estudantes dos cursos de graduação do Brasil com a possibilidade de mobilidade em universidades de diversos países no exterior¹².

Uma avaliação das primeiras experiências no âmbito do CsF chamou a atenção para a falta de proficiência em línguas estrangeiras dos estudantes brasileiros, o que estaria apresentando consequências não previstas inicialmente, como dificuldade de participação nas atividades acadêmicas em IES do exterior nas quais o meio de instrução se dava em outros idiomas (Abreu-e-Lima *et al.*, 2016; Sarmento *et al.*, 2016), além de uma busca aumentada por mobilidade em universidades de Portugal¹³, país que compartilha com o Brasil a mesma língua oficial.

Para ampliar as chances de participação dos estudantes brasileiros no CsF, o governo federal instituiu, em 2012, o IsF-Inglês, com o objetivo de “propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas” (Brasil, 2012). O espaço de prestígio concedido à língua inglesa por meio dessa política linguística, em detrimento dos demais idiomas usados como meio de instrução em universidades de países parceiros do CsF, fornece pistas para a identificação de formações ideológicas presentes no âmbito do CsF, muitas das quais encontradas em representações acerca da internacionalização do ensino superior no mundo todo.

O inglês é frequentemente associado a ideologias, tais como “a língua da ciência” ou “a língua da internacionalização”, sendo usado, inclusive, como meio de instrução em universidades de países nos quais ele não é o idioma oficial (Altbach, 2007). De certo modo, o IsF-Inglês apresenta formações discursivas que se inscrevem nessas ideologias, visto que o documento que o institui explicita a motivação de capacitar alunos para “ingresso nas universidades anglófonas”. A justificativa pode ser encontrada na fala do então Ministro da Educação ao anunciar, em 2013, a retirada temporária das IES portuguesas dentre os possíveis destinos de candidatos ao CsF. Ao argumentar que a decisão visava “estimular os alunos na proficiência em outras línguas”, o Ministro afirma ser a língua inglesa uma das prioridades do CsF, motivo pelo qual o MEC teria interesse em aumentar as relações com IES dos Estados Unidos¹⁴. Essa associação sinaliza para um desejo de ampliação da proficiência em língua inglesa do alunado brasileiro, discurso que se inscreve nas ideologias supracitadas. Admite-se, ainda, um entendimento de que o CsF poderia ser um meio para se alcançar esse fim.

Tendo em vista que o CsF visava “propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência”

11 Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/o-que-e>. Acesso em: 03 jun. 2023.

12 Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/experiencia-encerrada/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

13 Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-12-01/portugal-e-principal-destino-de-alunos-de-graduacao-do-ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 11 jun. 2023.

14 Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, em coletiva de imprensa em 24 de abril de 2013. Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/04/portugal-sera-excluido-do-ciencia-sem-fronteiras-diz-mercadante.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

(Brasil, 2011), e que o IsF-Inglês voltava-se a capacitar alunos para os exames de proficiência exigidos para “ingresso nas universidades anglófonas” (Brasil, 2012), a fala atribuída ao Ministro da Educação corrobora a inscrição dessas políticas em um discurso de internacionalização que considera a formação em universidades estadunidenses como sinônimo de qualidade. Ademais, embora a proficiência em língua inglesa não estivesse explicitada como foco das ações do CsF no documento que o instituiu, o discurso político em que esses textos se inscrevem reforça ideologias como a de que o inglês é a “língua internacional da ciência”.

Por outro lado, a retirada temporária das universidades de Portugal dentre as opções para mobilidade acadêmica no CsF, sob a justificativa de que se buscava “estimular os alunos na proficiência em outras línguas” uma vez que, na visão do então Ministro da Educação, “eles têm que enfrentar o desafio da segunda língua”, inscreve as ações do CsF em um discurso de valoração da proficiência em idiomas estrangeiros em geral, frequentemente associada ao sucesso acadêmico-profissional, característico de uma *política como discurso* (Ball, 2015). Paralelamente, a política linguística criada para apoiar o CsF em nível nacional passa, pouco a pouco, a abraçar outras línguas, no intuito de fortalecer o processo de internacionalização do ensino superior brasileiro.

Embora fosse desejo dos especialistas que atuaram na gênese do IsF-Inglês que o Programa não se restringisse a uma única língua, sua ampliação só foi possível a partir do exposto interesse de representantes dos governos de diferentes países com os quais o Brasil mantinha parcerias por meio do CsF (Abreu-e-Lima; Moraes Filho, 2021), constituindo um movimento determinante no contexto de influência para a reelaboração da política. Desse modo, entre os anos de 2014 e 2015, por meio de acordos internacionais com esses países, quatro novos idiomas passaram a integrar o IsF (alemão, francês, italiano e japonês). Por meio de uma agência local, o quinto novo idioma a ser incluído foi o espanhol, com o apoio de especialistas da área. Por fim, no quinquentenário do PEC-G, foi também incluído o português para estrangeiros¹⁵.

O Programa IsF foi instituído pela Portaria nº. 973/2014, com o objetivo de:

Propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas – IES e de professores de idiomas da rede pública de educação básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa (Brasil, 2014).

No inciso VI do Artigo 2º. dessa portaria, aponta-se, ainda, como um dos objetivos específicos do Programa o de “fortalecer o ensino de idiomas no país, incluindo o da língua portuguesa, e, no exterior, o da língua portuguesa e da cultura brasileira”¹⁶. Objetivo semelhante é encontrado no documento que institui a Rede Andifes IsF.

15 Informações disponibilizadas pela presidente do IsF, Denise Martins Abreu-e-Lima, no curso “Rede IsF: Conhecendo o Idiomas sem Fronteiras”, realizado pela primeira autora deste artigo, por meio do Portal de Cursos Abertos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em abril de 2023.

16 O Programa IsF foi, ainda, atualizado por um documento posterior, a Portaria no. 30/2016, a qual inseriu entre seus objetivos a formação de professores de línguas para fins de internacionalização (BRASIL, 2016).

Evidencia-se, aqui, inicialmente, não apenas um discurso mais inclusivo quanto aos idiomas contemplados pelo Programa, tornando-o multilíngue, mas também com relação aos possíveis beneficiários dessa política linguística, ampliando as ações a docentes e corpo técnico-administrativo das IES, a professores de línguas da educação básica, bem como a estrangeiros. Ademais, por meio do objetivo específico destacado, infere-se um reconhecimento do papel de diferentes línguas, inclusive do português, no processo de internacionalização das IES brasileiras, ao qual o Programa se associa, além de lançar um olhar valioso para a difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior. Por fim, diferentemente do texto analisado referente ao IsF-Inglês, os objetivos do IsF ampliado aproximam-se mais de um discurso voltado à valorização do multilinguismo que à aprendizagem de um único idioma, comumente vinculado a um pensamento homogeneizante e excludente das interações na esfera acadêmico-científica.

Segundo Abreu-e-Lima *et al.* (2021), o IsF apresenta um escopo amplo que atua em três frentes complementares:

1. Propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país, a fim de apoiar a experiência de internacionalização das instituições e estudantes brasileiros;
2. Fomentar a área de Português para Estrangeiros (PE), reconhecida como estratégica para o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras;
3. Promover a difusão da língua portuguesa no cenário internacional, através de uma política própria para o ensino e a aprendizagem do idioma para falantes de outras línguas (Abreu-e-Lima *et al.*, 2021, p. 108).

A ascensão do *status* da língua portuguesa a idioma estratégico para a internacionalização das IES brasileiras é resultado de diversas ações empreendidas por profissionais da área de PLE e do Núcleo Gestor (NG) do Programa, evidenciando influências advindas do contexto da prática na recriação da política. Segundo a presidente do IsF, em participação no I Encontro de Coordenações PEC-PLE, promovido pelo MEC, em novembro de 2024, o papel do português no IsF foi considerado central para a promoção de uma internacionalização ativa, cujo foco estivesse também na atração de estudantes internacionais para o Brasil. Assim, segundo ela, com a ampliação do Programa, comentava-se no âmbito do MEC que, “se o IsF era uma coroa dentro do processo de internacionalização, o português era a joia da coroa. Não existiria um processo de internacionalização de forma mais horizontal se o português não tivesse entrado”¹⁷.

Desse modo, a área de PLE fortaleceu-se no Brasil, especialmente após sua entrada no IsF, em razão de profissionais da área e do NG do Programa terem buscado uma maior articulação entre diferentes setores¹⁸ responsáveis por ações envolvendo o ensino e a avaliação de PLE, tais como o exame Celpe-Bras¹⁹ e o PEC-G. Dentre as conquistas do IsF-Português, estão um assento

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nC-i_mdGaCk. Acesso em: 27 nov. 2024.

¹⁸ Ministério das Relações Exteriores (MRE), Secretaria de Educação Superior (SESu) no Ministério de Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

¹⁹ O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o exame oficial brasileiro para a comprovação de proficiência em língua portuguesa. O exame é outorgado pelo Ministério da

no Comitê Técnico Científico do exame Celpe-Bras, a ampliação de Centros Aplicadores do exame no processo de credenciamento das universidades federais, aprimorando o acesso ao teste no Brasil, bem como a expansão da oferta de cursos de PLE e da formação de professores de PLE em todo o país (Abreu-e-Lima *et al.*, 2021).

Parte dessas conquistas resultou de uma ação estratégica no âmbito dos editais de credenciamento das universidades federais e de credenciamento das universidades estaduais e municipais para atuação como Núcleo de Línguas do IsF (NucLi-IsF), em 2017. Segundo esses editais, as IES interessadas deveriam optar por uma das seguintes possibilidades de (re)credenciamento:

I. NucLi-IsF Tipo 1: com oferta de inglês e aplicação de exames deste idioma;

II. NucLi-IsF Tipo 2: com oferta dos idiomas inglês e português como língua estrangeira/adicional e aplicação de exames destes idiomas; ou

III. NucLi-IsF Tipo 3: com oferta dos idiomas inglês, português como língua estrangeira/adicional e de pelo menos mais um idioma, indicado como prioritário de acordo com a proposta de [re]credenciamento apresentada pela universidade e aprovada pela SESu/MEC, e aplicação de exames destes idiomas, [sempre que ofertado pelo MEC] (Brasil, 2017a; Brasil, 2017b).

Adicionalmente, no caso do edital de credenciamento das universidades federais, as IES que optassem por uma das possibilidades que contemplassem a oferta de PLE seriam, automaticamente, cadastradas também como Postos Aplicadores do exame Celpe-Bras.

III.4.1.5.2. O NucLi-IsF que for configurado como Tipos 2 ou 3, ou seja, com oferta de português como língua estrangeira/adicional, não sendo Posto Aplicador para o exame Celpe-Bras, quando for credenciado para o Programa IsF, ficará automaticamente credenciado como Posto Aplicador destinado à aplicação do Exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) (Brasil, 2017a).

Nota-se, por meio desses exemplos, como as respostas aos textos políticos têm, conforme observado por Mainardes (2006), efeitos e consequências reais, influenciando o contexto da produção de texto por meio da recriação das políticas. As estratégias utilizadas nos editais de (re)credenciamento de IES no âmbito do IsF são marcantes e destacam a relevância do PLE no âmbito da internacionalização. Diante das alternativas propostas, muitas universidades poderiam ter optado por se credenciar como NucLi Tipo 1 e manterem o foco inicial da política linguística apenas no ensino de língua inglesa, frequentemente considerada primordial para o processo de internacionalização. No entanto, “do resultado geral de 80 universidades participantes, sendo 58 universidades federais, 21 estaduais e 1 municipal, 60 delas se credenciaram para ofertar Português para Estrangeiros” (Abreu-e-Lima *et al.*, 2021, p. 121). Esse resultado tem como consequência inegável a consolidação da área de PLE no Brasil.

Não obstante, essa decisão pode ser justificada pela oferta de uma maior verba a ser disponibilizada para as atividades do IsF às IES que escolhessem se credenciar como NucLis Tipos 2 ou 3, evidenciando como os diferentes contextos da ACP estão interligados e constituem um ciclo contínuo. A articulação do NG junto a outros setores governamentais permitiu a formação de um novo contexto de influência, expresso nos textos da política, com efeitos reais sobre as escolhas de IES individuais, tendo como resultado global o acolhimento da área de PLE no âmbito das ações de internacionalização institucionais.

Outra ação importante no âmbito do IsF que tem impacto no fortalecimento da área de PLE está inserida na proposição de um Curso de Especialização em Línguas Estrangeiras para Internacionalização²⁰. A proposta curricular do curso está organizada em trilhas que levarão os participantes a serem certificados a partir do idioma que escolherem para sua formação como profissional de línguas (alemão, espanhol, francês, italiano, inglês, japonês ou português para estrangeiros). O curso conta com componentes curriculares teóricos e práticos, além de uma carga-horária para orientação. No que se refere à parte teórica, a partir de um rol de cerca de 60 componentes curriculares disponíveis, os professores em formação traçam a trilha pedagógica que pretendem percorrer, a qual contará com: cinco componentes obrigatórios do núcleo comum, seis componentes específicos do idioma escolhido, dois componentes ofertados para todos os idiomas e, por fim, dois componentes ofertados para a trilha de português para estrangeiros. A inclusão de dois componentes curriculares da área de PLE na formação de professores de diversos idiomas em um curso de especialização em ensino de línguas voltado à internacionalização ratifica a visão, por parte do NG da Rede Andifes IsF, de que a língua portuguesa tem especial valor para esse processo nas IES brasileiras. Trata-se de uma estratégia que visa a contribuir para preencher uma lacuna na formação de professores de idiomas por meio da formação em PLE ofertada a professores de outras línguas.

Em síntese, o IsF tem se ressignificado ao longo dos anos, respondendo a interesses dos diferentes grupos sociais que permeiam seu contexto de influência (MEC, governos de outros países, NG e especialistas em línguas no Brasil) e redefinindo suas finalidades por meio da recriação da política, a partir de seu contexto de prática (*política como texto*), no intuito de promover uma internacionalização ativa e inclusiva. Conhecida prioritariamente como uma política linguística voltada ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras a membros das comunidades acadêmicas brasileiras, a iniciativa serve também, desde 2014, como espaço para a formação de professores de línguas.

Criado na esteira de um programa de mobilidade acadêmica, o IsF cresceu, potencializando a internacionalização do ensino superior brasileiro, quando prioriza a educação linguística plurilíngue da comunidade universitária (discentes, docentes e agentes universitários), bem como quando investe na formação de professores de línguas para uma atuação pautada no respeito à diversidade, à inclusão e à justiça social. Ainda no âmbito do IsF-Português, o atendimento às comunidades de imigrantes e refugiados ratifica o com-

prometimento do Programa com a comunidade externa como parte de uma política inclusiva e que se pretende socialmente justa. De modo particular, destaca-se a expressiva transição de uma visão monolíngue para uma perspectiva *plurilíngue*, inclusive reconhecendo o idioma oficial do Brasil como estratégico para a internacionalização do ensino superior. Afirmamos isso não só na esteira da presença de várias línguas à disposição da comunidade universitária, mas também na “valorização positiva deste multilinguismo, [n] a sua utilização como efetivo recurso para a vida das pessoas envolvidas nas práticas comunicativas em questão, para as instituições e para o país” (Oliveira, 2016, p. 69). Para nós, o IsF se constitui em uma política comprometida com o plurilinguismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo explorar o avanço do IsF enquanto política de plurilinguismo no Brasil, evidenciando, de modo particular, a valorização da área de PLE para a internacionalização das IES brasileiras. Inicialmente voltado a capacitar estudantes de graduação brasileiros em língua inglesa para mobilidade em países anglófonos, segundo uma visão monolíngue que concebe o inglês como a “língua da ciência” e, por conseguinte, da internacionalização, o IsF alcança, atualmente, um público amplo e diverso, contemplando diferentes idiomas. De modo especial, imprime uma internacionalização ativa ao acolher também participantes estrangeiros e inserir o português no centro desse processo no ensino superior brasileiro.

O estudo apresenta a trajetória de ressignificação da política linguística, iniciada como complemento ao CsF, atravessada por interesses de outros países e fortalecida por uma agenda local. Por meio dos esforços de especialistas da área de PLE, juntamente ao NG do Programa, houve um aumento na oferta de cursos de PLE no Brasil, no credenciamento de Postos Aplicadores do exame Celpe-Bras, bem como um fortalecimento na oferta de formação de professores de PLE. Essas conquistas são resultado de processos de resistência e de negociações desencadeadas nas arenas que permeiam o contexto de prática dessa política.

Este estudo centrou-se na área de PLE no âmbito do IsF e, desse modo, não teve como intuito abordar o papel específico de outras línguas incorporadas ao Programa em sua expansão. Para ampliar o entendimento acerca dos valores atribuídos a diferentes idiomas no âmbito da internacionalização das IES brasileiras, sugere-se compará-los a outros estudos que, porventura, já tenham sido realizados com os demais idiomas contemplados.

Espera-se que esta pesquisa contribua para os estudos voltados a uma perspectiva plurilíngue de política linguística para a internacionalização do ensino superior e que as reflexões aqui propostas favoreçam o debate acerca da valorização da língua portuguesa nesse processo, bem como de sua inserção no cenário internacional da ciência.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B.; BARBOSA, W. J. C.; BLUM, A. S. O Programa Inglês sem Fronteiras e a Política de Incentivo à Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro. *In*: ABREU-E-LIMA, D. P. M.; SARMENTO, S.; MORAES FILHO, W. B. (Orgs.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B. Idiomas sem Fronteiras: multilinguismo, política linguística e internacionalização. *In*: ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B.; NICOLAIDES, C.; QUEVEDO-CAMARGO, G.; SANTOS, E. M. (Orgs.). **Idiomas sem Fronteiras: multilinguismo, política linguística e internacionalização**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; FURTOSO, V. B.; FRANCISCO, D. L. O Programa IsF-Português e o Fortalecimento da Área de Português para Estrangeiros. *In*: ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B.; NICOLAIDES, C.; QUEVEDO-CAMARGO, G.; SANTOS, E. M. (Orgs.). **Idiomas sem Fronteiras: Multilinguismo, Política Linguística e Internacionalização**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

ALTBACH, P. G. Globalization and the University: Realities in an Unequal World. *In*: FOREST, J. J. F.; ALTBACH, P. G. (ed.). **International Handbook of Higher Education**. Springer International Handbooks of Education, v. 18. Dordrecht: Springer, 2007.

BALL, S. J. What is policy? 21 years later: reflections on the possibilities of policy research. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 36, n. 3, p. 306-313, 2015.

BEELEN, J.; JONES, E. Redefining Internationalization at Home. *In*: CURAJ, A.; MATEI, L.; PRICOPIE, R.; SALMI, J.; SCOTT, P. (ed.) **The European Higher Education Area: between critical reflections and future policies**. Dordrecht: Springer, 2015.

BIZON, A. C. C. **Narrando o Exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: Case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto nº. 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 239, p. 7-8, 14 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 1.466, de 18 de dezembro de 2012. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 244, p. 28-29, 19 de dezembro de 2012. Disponível em: https://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 973, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**:

seção 1, Brasília, DF, n. 222, p. 11-12, 17 de novembro de 2014. Disponível em: https://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 30, de 26 de janeiro de 2016. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 19, p. 18-19, 28 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital nº. 29/2017**. Edital de Chamada Pública para Recredenciamento de Universidades Federais para Atuação como Núcleo de Línguas (NUCLI-ISF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017a. Disponível em: https://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_29_2017.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital nº. 59/2017**. Edital de Chamada Pública para Credenciamento de Universidades Estaduais e Municipais para Atuação como Núcleo de Línguas (NUCLI-ISF) no Âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017b. Disponível em: https://isf.mec.gov.br/ingles/images/2017/Edital59_ChamadaEstaduais.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 220, de 3 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 214, p. 20, 8 de novembro de 2017c. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato=-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic-156#anchor>. Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1162>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 11.923, de 15 de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio. Brasília: Presidência da República, 2024.

CANDIAN, M.; BESSA, M. C. Português como Segunda Língua Estrangeira Não Materna Adicional para Falantes de Outras Línguas - P2LENMAFOL: uma breve análise de terminologias. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 25, n. 2, p. 375-396, 2021.

DE WIT, H. Internationalization Misconceptions. **International Higher Education**, [s.l.], n. 64, 2011.

FRANCISCO, D. L. Português Língua Estrangeira/Adicional (PLE/PLA) e o Programa Idiomas Sem Fronteiras. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 6, 2020.

FRAZATTO, B. E. Português como Língua Adicional no Programa Idiomas sem Fronteiras na UNICAMP: internacionalização e políticas linguísticas em foco. **Revista X**, v. 15, n. 15, p. 288-310, 2020.

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.

GOMES, R. B.; SANTOS, E. M. Da política ao planejamento linguístico: por uma construção coletiva em prol da internacionalização. In: CHAGAS, L. A.; COELHO, J. P. P. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior**: transdisciplinaridades, inovações e práxis. 1. ed. Cassilândia, MS, Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul: CLUEMS/UUC, 2023.

GUIMARÃES, F. F.; FINARDI, K. R.; CASOTTI, J. B. C. Internationalization and Language Policies in Brazil: What is the Relationship? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 295-327, 2019.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, J. Is Internationalisation of Higher Education Having an Identity Crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSET, R. M. (ed.). **The Forefront of International Higher Education**. Dordrecht: Springer, 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

OLIVEIRA, G. M. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, n. 21, p. 59-72, 2016.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (org.) **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

RIZVI, F.; LINGARD, B. **Globalizing education policy**. Abingdon: Routledge, 2010.

SARMENTO, S.; DUTRA, D. P.; BARBOSA, M. V.; MORAES FILHO, W. B. IsF e internacionalização: da teoria à prática. *In*: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B. (org.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SPOLSKY, B. **Language Policy: key topics in sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TEIXEIRA, W. B. Integrando comunidades por meio do português: ações glotopolíticas dos programas CEL e IsF na Universidade Federal do Amazonas. **ReVEL**, v. 18, n. 35, p. 341-361, 2020.